

Discurso proferido pelo Deputado
GERALDO RESENDE (PMDB/MS), em
sessão no dia 06/05/2008.

CONFLITOS À VISTA

Senhor presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Quero registrar nesta tribuna e pedir também o registro nos anais desta Casa, da íntegra do editorial do jornal “Correio do Estado”, que tem sede em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, publicado na edição de 28/04/2008. O texto, com o título “Omissão generalizada” faz um alerta sobre a preocupação causada por anúncio da Funai, de que irá criar 39 novas áreas indígenas naquele Estado, até meados do próximo ano.

Ressalto aqui a lucidez do texto do editorial, ao apontar a necessidade, já identificada no Congresso Nacional, de se mudar a legislação no sentido de mudar o tratamento que é dado, hoje, a proprietários rurais ocupantes de supostas terras indígenas, os quais são vistos quase que como marginais, muito embora estejam naquelas áreas de boa fé e, em alguns casos, incentivados até mesmo pela União, quando do processo de colonização agrária, nas décadas de 40 e 50.

Diz o editorial: “o simples compromisso assumido pelas autoridades federais é motivo de preocupação para todos os setores envolvidos, inclusive os próprios indígenas. Isto pelo fato de a anacrônica legislação brasileira ainda considerar como invasores (quase como bandidos) os atuais ocupantes das supostas terras indígenas. A União só aceita pagar pelas benfeitorias, enquanto que a terra nua é simplesmente tomada, o que provoca reações tão acirradas dos produtores, muitos dos quais com títulos das propriedades há quase um século”.

Não há como discordar dessa afirmação, bem como com a avaliação de que a situação nas aldeias de Mato

Grosso do Sul continua precária, muito embora a simples distribuição de terras aos indígenas não vá resolver o problema do alcoolismo, das drogas e da violência. Muito mais do que isso, é preciso criar políticas de incentivo à produção, com apoio técnico e acompanhamento que mostre à sociedade que o índio é capaz de produzir seus alimentos e comercializar o excedente.

O editorial do “Correio” vai mais longe e cobra de nós, políticos, uma postura mais incisiva quanto a essa questão, nos seguintes termos: “Por conta desta omissão, que se estende a praticamente toda a classe política de Mato Grosso do Sul, grandes e pequenos proprietários de terras, principalmente da região sul do Estado, têm motivos de sobra para se preocupar, pois, ao primeiro sinal de atuação da Funai, possivelmente terá início longo período de invasões e conflitos. Adiar infinitamente a ampliação de áreas indígenas é represar uma enxurrada que mais cedo ou mais tarde romperá o dique. Porém, criar novas aldeias sob as regras atuais não faz sentido. Por isso, em vez de atirar pedras na proposta da

Funai, deputados, senadores e governador deveriam, isto sim, levar o problema a sério e buscar soluções.

Quero, portanto, parabenizar a direção e corpo editorial do “Correio do Estado” e dizer que essas palavras de alerta devem soar constantemente em nossa cabeça e que passemos a aproveitar toda e qualquer oportunidade que surgir no sentido de que o Congresso Nacional se antecipe a uma possível onda de acirramento nos conflitos no campo, discutindo e propondo a modernização de nossa legislação quanto à questão indígena e agrária.

Grato pela atenção.

**Deputado GERALDO RESENDE
PMDB/MS**